

Edemilson Paraná

'Bitcoin nunca alcançará status de ser dinheiro'

Economista especialista em criptos avalia que o uso do bitcoin como moeda anula seus fundamentos econômicos

ENTREVISTA

Formado em Comunicação Social, é mestre e doutor em Sociologia pela UNB; foi pesquisador do Ipea

DANIEL ROCHA
E-INVESTIDOR

O bitcoin parece viver em um eterno paradoxo: ao mesmo tempo que se propõe a ser um dinheiro eletrônico descentralizado e longe do controle do Estado, o ativo digital necessita do aval de instituições financeiras e órgãos de regulação para ganhar relevância no mercado financeiro. Sem esse reconhecimento institucional, o preço da criptomoeda tende a perder fôlego e deixa de ser atrativo para os investidores.

Para Edemilson Paraná, pesquisador e professor universitário da LUT University, na Finlândia, esses contrapontos anulam qualquer expectativa de uma consolidação do ativo digital como uma moeda global ou reserva de valor.

Segundo o especialista, autor do livro *Bitcoin: a utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*, o bitcoin não reúne condições econômicas e políticas necessárias para alcançar esse status e, caso conquiste, precisaria abandonar a sua ideia central: a de ser um dinheiro 'técnico' e livre de qualquer amarras política.

O bitcoin ganhou relevância com os avanços regulatórios nos EUA. Na sua avaliação, a moeda está se consolidando como uma espécie de 'reserva de valor digital' ou esse movimento é mais uma narrativa de mercado?

O bitcoin está se consolidando como um ativo de reserva para grupos específicos de investidores, mas ainda está muito longe de se tornar uma reserva de valor no sentido clássico, co-



ARQUIVO PESSOAL

mo títulos públicos de alta liquidez ou ouro. Em termos econômicos, o bitcoin não tem lastro do poder tributário, político, social e de instituições públicas, em um arranjo institucional bem articulado. Está ancorado unicamente como qualquer ativo especulativo na expectativa do seu preço futuro. Mas vejo que as criptomoe-

Sem lastro
Para economista, o bitcoin não tem lastro do poder tributário, político, social e de instituições públicas

das vieram para ficar e vão crescer em importância na economia global. Não há dúvidas disso. Agora, afirmar que esses ativos são a nova forma de dinheiro global ou que vão ser a principal forma de reserva de valor na economia no futuro, isso já não tem base com a realidade.

Se o bitcoin está se consolidando para grupos específicos, por que vem despertando o interesse dos investidores institucionais?

Temos um ambiente de liquidez e política monetária global favorável, vinculado a um ambiente de grande incerteza e turbulência global do ponto de vista geopolítico. Junto de tudo isso, há uma crise de confiança política e social nas instituições de forma generalizada, de desigualdade crescente e de

insatisfação com o sistema financeiro. Essas narrativas encontram nesse ambiente um terreno fértil para se desenvolver. Mas, olhando de perto, a dinâmica de preços e a atratividade das criptos são típicas de ciclos especulativos do que propriamente uma mudança estrutural do sistema monetário.

No seu livro, publicado em 2020, o sr. classifica o bitcoin como uma 'utopia tecnocrática do dinheiro apolítico'. Esse conceito ainda é válido para o cenário de hoje?

Todo dinheiro em uma economia complexa, como a nossa, é uma instituição política e é responsável por organizar as relações de poder. Já a ideia do bitcoin é dizer que os agentes intermediários produzem problemas na nossa vida econômica, mas a maneira como isso é definido é uma forma de ideologia política. Essa narrativa encapsula ainda uma fantasia meritocrática tecnológica que é muito forte no nosso tempo. A ideia de quem quem acredita cedo, quem entende a tecnologia, quem assume o risco, é corajoso, inovador, empreendedor, vai ser recompensado por um mercado que é supostamente neutro e objetivo. Portanto, o bitcoin não é um dinheiro neutro. É um projeto profundamente político, travestido de neutralidade técnica e de neutralidade tecnológica. Mas alguém pode dizer: 'E, se os Estados Unidos bancarem uma criptomoeda como a moeda global?' Bem, deixa de ser uma criptomoeda e passa a ser a moeda dos Estados Unidos.

Partindo desse pensamento, podemos dizer que o bitcoin deixou de ser cripto em El Salvador?

O caso de El Salvador é diferente de muitas maneiras, mas confirma exatamente o argumento central do livro. El Salvador não é, claro, a maior economia do planeta, nem emissor da moeda de referência global, o dólar. A adoção do bitcoin como moeda de curso legal foi um fracasso em vários aspectos, inclusive quanto à taxa de adoção entre a população, que permaneceu muito baixa ao longo de todo o período. Adicionalmente, do ponto de vista macroeconômico, isso deixou o país altamente vulnerável às flutuações de preço do bitcoin, o que afetou as reservas do governo e sua situação fiscal. Por fim, depois dessa experiência desastrosa, o bitcoin deixou de ser moeda de curso legal em El Salvador em 2025. ●



Antonio Penteado Mendonça

O País prefere arriscar a sorte

Estamos praticamente no meio de janeiro. As tempestades e os eventos de origem climática estão acontecendo, como acontecem todos os começos de ano, desde a descoberta do Brasil.

Curiosamente, na época colonial, e mesmo até finais do século 19, por incrível que pareça, as autoridades eram mais zelosas, pelo menos no que diz respeito a ocupação de certas áreas, consideradas impróprias para serem habitadas.

É o caso das várzeas de São Paulo e de boa parte dos morros do Rio de Janeiro. As várzeas paulistanas passaram a ser ocupadas com a chegada dos imigrantes europeus e os morros cariocas depois do fim da escravidão e, principalmente, depois da Guerra de Canudos.

Tanto que a palavra "favela" vem do interior da Bahia e foi adotada pelos soldados do exército republicano para designar suas comunidades nas encostas dos morros, já que, como sói acontecer com incrível regularidade, não receberam as moradias prometidas pelo governo federal.

Com o passar das décadas a situação só se agravou, sem que as autoridades de todos os níveis de governo se preocupassem seriamente com o problema da moradia dos mais pobres. O resultado pode ser visto na quantidade de favelas que se espalham pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com Paraisópolis e Rocinha servindo de exemplos bem-sucedidos de esforços da própria comunidade para conseguir melhorar suas condições de vida.

A verdade é que o Brasil não tem uma política de ocupação do solo e prevenção de desastres naturais nem um plano eficiente para minimizar os prejuízos causados pelas tragédias de origem climática. A repetição incessante destes eventos, todos os verões, não serviu para muita coisa, exceto discursos e promessas que se mostram vazias, todas as ve-

zes que uma região é atingida.

O mapa dos desastres é conhecido há muitos anos. A região serrana do Rio de Janeiro, o litoral norte paulista, Angra dos Reis, São Paulo, Rio de Janeiro, Baixada Santista, Santa Catarina e, mais recentemente, Rio Grande do Sul, compõem a base do mapa, acrescido de Belo Horizonte, Salvador, Recife e extensa área da região amazônica, assolada por secas e inundações regulares.

O País simplesmente não tem uma estratégia nacional para fazer frente ao problema e mesmo as ações estaduais e municipais são tímidas diante da dimensão das catástrofes que regularmente se abatem sobre o território brasileiro.

Não há uma política de ocupação do solo, não há ações para a realocação das pessoas instaladas nas áreas de risco. Não há investimentos consistentes

O País simplesmente não tem uma estratégia nacional para fazer frente ao problema climático

para minimizar o impacto dos eventos. As ações acontecem, emergencialmente, depois que a tragédia se abate.

Ou este quadro muda radicalmente, ou com o aumento da abrangência territorial, das intercorrências e da violência dos eventos a população pagará um preço cada vez mais caro e mais difícil de ser suportado individualmente, como acontece hoje.

Neste sentido, as seguradoras podem desempenhar papel relevante, quer provendo os fundos necessários para custear parte dos investimentos na prevenção, como através de apólices desenhadas para minimizar os prejuízos da população. ●

SÓCIO DE PENTEADO MENDONÇA E CHAR
ADVOCACIA E SECRETÁRIO-GERAL DA
ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

APM MAFAN

Serviços de Consultoria e Assessoria
Especializada em Seguros
contato@pmec.com.br